

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2018, EM CONJUNTO COM O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO VALE DO PARAÍBA, LITORAL NORTE E MANTIQUEIRA PARAIBUNA/SP

Às dez horas do quinto dia do mês de julho de 2018 reuniram-se os membros do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, na Pousada Iguatiba - Km 50 da Rodovia dos Tamoios, Estrada Zélio Machado Santiago, Km 2, Paraibuna. **Estiveram presentes e assinaram o livro de presença**, o Deputado Federal Eduardo Cury, **OS PREFEITOS** (as) de Aparecida: Ernaldo Cesar Marcondes, Campos do Jordão: Frederico Guidoni Scaranello, Caraguatatuba: José Pereira Aguilar Junior, Cunha: Rolien Guarda Garcia, Ilhabela: Márcio Batista Tenório, Jacareí: Izaias Santana, Jambuí: Carlos Alberto de Souza, Lagoinha: Claudio Henrique da Silva, Paraibuna: Victor de Cássio Miranda, Potim: Erica Soler Santos de Oliveira, Santo Antonio do Pinhal: Clodomiro Correia de Toledo Junior, São Luiz do Paraitinga: Ana Lúcia Bilard Sicherle e Ubatuba: Decio José Sato, **os VICE-PREFEITOS** de Paraibuna, Lourdes de Angelis Pinto São Sebastião: Hamilton Pacheco, os **representantes titulares das Secretarias Estaduais** Energia e Mineração: José Jaime Szelwar, de Desenvolvimento Social: Marcio Lima de Sá Macedo, da Subsecretaria Assuntos Metropolitanos, Edmur Mesquita, **os suplentes das Secretarias Estaduais** da de Agricultura e Abastecimento: Jovino Paulo Ferreira Neto, Casa Militar: Fernando Edson Mendes, da Educação: Gicele de Paiva Giudice, da Segurança Pública, Cel PM Lourival da Silva Junior, dos Transportes Metropolitanos: Antonio Carlos Gonçalves de Oliveira, do Esporte Lazer e Juventude: Fabiano Morciani, da Saúde: Nadia Maria Magalhães Meireles, **Também assinaram o livro de presença** o secretário Estadual de Desenvolvimento Social, Gilberto Nascimento Júnior, a secretária-adjunta Estadual de Turismo, Bianca Colepicolo, o diretor Executivo da AGEMVALE, Urbano Reis Patto Filho, representado a Emplasa: Luiz José Pedretti, o diretor adjunto técnico da AGEMVALE, José Celso Bueno Prefeitura de Redenção da Serra, Nelma Biondi de Angelis, coordenadora de Políticas sobre Drogas da secretaria Estadual de Desenvolvimento Social Gleuda Simone Apolinário. Registrou-se também a presença da Sra. Ana Maria de Gouvêa 'Teca'. **Registrou-se a ausência** dos **representantes das prefeituras** de Arapeí, Areias, Bananal, Caçapava, Cachoeira Paulista, Canas, Cruzeiro, Guaratinguetá, Igaratá, Lavrinhas, Lorena, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Piquete, Queluz, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São José dos Campos, Silveiras, Taubaté e Tremembé, e **das Secretarias Estaduais** Cultura, Fazenda, da Fazenda, da Agricultura e Abastecimento, Cultura, Fazenda, Habitação, de Desenvolvimento Econômico Ciência Tecnologia e Inovação, de Saneamento e Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Planejamento e Gestão dos Deputados Estaduais Helio Nishimoto e Padre Afonso Lobato, que enviaram representantes. Com a palavra, o presidente do conselho e prefeito de Paraibuna, **Victor de Cássio Miranda**, saudou os presentes agradecendo a presença e reforçando a importância de uma reunião conjunta entre o Conselho de Desenvolvimento e o CODIVAP. Em seguida colocou em aprovação a ata das 18ª Reunião ordinária do Conselho que foi aprovada por unanimidade. Passou então a palavra ao subsecretário **Edmur Mesquita** que ressaltou o valor daquele momento onde os presentes assinaram o protocolo de intenções para adesão dos prefeitos para o início da implantação do programa Recomeço. Edmur também exaltou a importância do trabalho desenvolvido pela secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, chefiada pelo Secretário Gilberto Nascimento Júnior. Falou também sobre a força econômica do Estado e do programas sociais de inserção que desenvolve, mas sempre buscando promover o ser humano a sua condição de ser portador da dignidade e valores que todos nós cultivamos. Reforçou que assinatura do protocolo para o Programa Recomeço é um passo importantíssimo na caminhada de esperança de mudança de vida de jovens que fizeram opções erradas. Segundo Edmur é papel do Estado investir na política de combate às drogas, principalmente para essa juventude que se encontra em situação de maior vulnerabilidade social. Para Edmur a reunião do Conselho da RMVALE-LNE em conjunto com o CODIVAP, tem claramente o objetivo de enfrentar os problemas e apresentando soluções para que se possa diminuir as desigualdades sociais no Estado de São Paulo. Em seguida foi dada a palavra aos Secretário Estadual de Desenvolvimento Social, **Gilberto Nascimento Júnior**. Segundo Gilberto quando se fala

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

em drogas, todo mundo pensa na “cracolândia” em São Paulo, mas essa problemática das drogas, que não é uma questão isolada de São Paulo, mas do mundo inteiro. Em linhas gerais o Programa Recomeço promove ações preventivas do uso indevido das drogas, o enfrentamento ao tráfico de drogas, controle e requalificação de territórios específicos, oferece acesso à Justiça e à Cidadania, apoio socioassistencial e tratamento médico aos dependentes de substâncias psicoativas, suas famílias e comunidade. O objetivo é proporcionar condições para uma vida saudável e digna à população do Estado de São Paulo e auxiliar os dependentes seus familiares e comunidade a trilharem da melhor maneira possível o caminho para recuperação e retorno a uma vida plena. Em seguida o secretário passou um vídeo que narra a vida de um dependente químico recuperado através do programa Recomeço. Segundo Gilberto é preciso que os municípios assinem um termo de adesão para que juntos possam construir um plano, um diagnóstico para chegar a um segundo momento. Mais de 13 mil pessoas já passaram pelas comunidades terapêuticas, mas pelo programa mais de 40 mil pessoas. Todos estão vulneráveis as drogas, então esse é o momento de darmos as mãos, assinar o protocolo de intenções e construir uma política em conjunto. A palavra voltou ao Presidente do Conselho, **Victor de Cássio**, que relembrou que esse tipo de projeto foi sempre necessário na RMVALE-LNE. Victor também ponderou as dificuldades dos trabalhos durante o período eleitoral, mas ainda assim agradeceu o empenho do secretário Gilberto, pois o primeiro passo para o programa recomeço foi dado e vai atender os 39 municípios, os quais todos enfrentam problemas com as drogas e dependentes químicos. Victor passou a palavra ao prefeito de Ubatuba e presidente do CODIVAP, **Délcio Sato**. Sato informou aos presentes que ainda no mês de julho uma nova reunião do Consórcio seria convocada para que possam decidir em conjunto as questões dos créditos tributários, os municípios já contemplados, além de outras pautas importantes que os prefeitos do CODIVAP precisam decidir para saber de que forma vão conduzir estes trabalhos. Sato também afirmou que, embora as assinaturas de convênios vão até os dias 6 e 7 de julho, muitas outras demandas das prefeituras já estão encaminhadas e assinadas e não há necessidade de esperar o fim das eleições. Segundo ele o Governador determinou que uma equipe no Palácio receba aos prefeitos para que se possa dar seguimento aos convênios já assinados, sanando as pendências que possam existir. Sato reforçou o convite para que os prefeitos que ainda não fazem parte do CODIVAP, possam se consorciar pois, graças ao empenho da diretoria, hoje o consorcio conta com recurso em caixa e agora começa a ser decidido os caminhos e formatos para atuação mais precisa do CODIVAP. Para Sato o Conselho de Desenvolvimento e CODIVAP são mecanismos para que os municípios possam ter acesso ao Estado e União, pois em diversas situações o prefeito sozinho não terá forças para resolver alguns problemas, mas com a RM e o CODIVAP, com os deputados da região, com certeza o caminho fica mais confortável, como agora com a assinatura do Programa Recomeço. Nesse momento **o protocolo de intenção do programa recomeço foi assinado**. O **secretário Gilberto** retomou a palavra, agradecendo a atenção dos presentes informando que não podia continuar na reunião, mas deixaria para cada prefeito um guia sobre as etapas do programa Recomeço. O prefeito Victor agradeceu a vinda do secretário em nome de todos e seguiu para o próximo item da pauta, sobre a **instalação das as câmaras temáticas da Saúde, Turismo e Defesa Civil**, cuja a criação já foi aprovada na reunião anterior. O prefeito informou que a AGEMVALE, secretaria executiva do Conselho, correrá com os tramites legais para a efetiva instalação das câmaras temática. Antes de franquear a palavra aos presentes, o prefeito sugeriu que os conselheiros fizessem uma carta com as principais demandas da região para serem apresentadas a todos os candidatos ao Governo do Estado. O prefeito disse que, se a sugestão for aprovada pelo Conselho e pelo CODIVAP, os dois presidentes irão até os candidatos apresentar as prioridades e demandas. O próprio Victor já fez algumas sugestões para a carta: Hospital Regional de Caraguatatuba, alças de acesso em São Sebastião, o prolongamento da Carvalho Pinto até Guaratinguetá, câmeras de monitoramento. A sugestão foi aceita pelos presentes que vão incrementar com ideias e outras demandas para que a carta seja entregue. Neste momento a palavra foi franqueada aos presentes. O diretor executivo da AGEMVALE, **Urbano Patto**, pediu a palavra colocando a nova diretoria executiva da AGEMVALE a disposição dos prefeitos. Patto também disse sua equipe esta preparando uma agenda para estabelecer alguns níveis de prioridades que serão passados para os prefeitos e membros do Governo do Estado,

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

entre elas a regulamentação do FUNDOVALE, a reinstalação dos Conselhos consultivos em todas as sub-regiões, com um calendário de atividades que dê dinâmica aos projetos a serem desenvolvidos, e o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), uma obrigação legal da RMVale, que precisa ser equacionada. Em seguida a palavra foi passada ao **Coronel Lourival da Silva Júnior**. O coronel falou sobre sua recente chegada a RMVale, do quanto é partidário da integração, da parceria, transitar entre as comunidades e pessoas e todos os órgãos constituídos. O coronel também se colocou à disposição de todos para dar continuidades aos projetos já iniciados pela Coronel Eliane Nikoluki. A assumiu o compromisso de nada de personalismo, e sim de fazer uma gestão voltada pra as pessoas. Em seguida a secretária-adjunta Estadual de Turismo, **Bianca Colepicolom**, falou um pouco sobre o Turismo. Segundo ela o Estado vive um momento especial no turismo, pois temos um governador que foi o primeiro secretário de Turismo do Estado, que entende e compra essa pauta de fortalecer o turismo para o desenvolvimento econômico. Ainda de acordo com Bianca, esse semestre a secretaria vai trabalhar muito focada em ações estruturantes e na regionalização. Ela também falou sobre a lei do Município de Interesse Turístico (MIT), pois mais do que trazer a questão da distribuição dos recursos, o grande ganho dela foi fazer com que os municípios se estruturassem na questão do turismo, estruturassem os conselhos de forma mais sólida, fizessem seus planos diretores, inventários, então finalmente existe condições de se fazer um plano turístico do Estado. Agora o trabalho será nisso, no observatório do turismo e na questão da formatação de pelo menos um produto efetivo, um circuito, que se torne um produto de mercado por região turística. A secretária conta com apoio de todos e se colocou à disposição para participar das reuniões das câmaras temáticas e a trabalhar junto. Com a palavra o presidente da Emplasa, **Luiz José Pedretti**, fez algumas contribuições a respeito das propostas que serão elaboradas e apresentadas aos candidatos a governador. Pedretti lembrou que quando a RMVALE-LNE foi criada, junto foi instalado um escritório, uma filial da Emplasa, que desenvolveu na região alguns projetos que já estão prontos. O primeiro projeto é do videomonitoramento, ele já está pronto, e o objetivo é das câmeras municipais com virtuais câmeras que serão instaladas pelo Governo do Estado junto com o COPOM da região. O outro projeto que foi elaborado com Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, objetivando o desenvolvimento dos municípios da região do Vale, pois se sabe que há uma desigualdade muito grande entre as cidades da região, e na ocasião então esse projeto objetivava a utilização das forças municipais e regionais para promover o desenvolvimento em três frentes: turismo, agronegócio e artesanato. Este trabalho também está pronto para ser executado praticamente a custo zero. Em seguida o senhor **Joffre Neto (do PSB Vale do Paraíba)** pediu a palavra e fez um apelo dizendo que nós estamos em novo tempo em nosso País, ainda em consolidação do nosso regime democrático e democracia não se faz sem a participação do povo, então fez um apelo que no Conselho de Desenvolvimento aja abertura, espaços para a participação da sociedade civil, seja pela universidade, pelas entidades civis e dos movimentos sociais. Passada a palavra ao **Deputado federal Eduardo Cury** (PSDB), ele falou sobre um projeto de lei do senador Anastásia. Segundo o Deputado, o projeto foi elaborado por grandes especialistas de direito administrativo. O projeto é fruto de uma luta de muitos anos dos gestores públicos que é a separação do que é um erro normal, que todo mundo está sujeito a cometer, de um erro crasso, com dolo, prejudicial à saúde da gestão pública. É uma mudança na lei, no direito administrativo, onde erro formal não é mais passível de judicialização. Só se pode acionar o agente público, eleito ou não eleito, por dolo ou erro crasso, se não for isso, não pode ter ação judicial. É uma lei bem aprimorada e o presidente Michel Temer, foi bastante pressionado, ele vetou um item, vai ser votado nos próximos dias e pode ser derrubado. O mais importante é o corpo da lei, uma parte do Ministério Público não concordou com isso, mas o próprio Supremo pediu essa lei, eles queriam fazer a separação, pois a lei é dúbia e permitia uma série de acusações. O deputado citou o caso da senhora Ana Maria de Gouvea, a Teca, que nesse instante passa por um momento que ele acredita ser de injustiça. Eduardo ainda disse que como o agente público vive da imagem da credibilidade, depois que saiu na manchete do jornal já tirou a capacidade de gestão, articulação, interlocução e isso é muito ruim para os gestores público eleitos, vereadores que administram suas contas nas Câmaras Municipais, prefeitos que são os mais atingidos, secretários

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

de Estados, servidores entre outros. Cury acredita que foi um grande avanço. Ele reconhece que o Ministério Público não gostou muito, os técnicos dos tribunais de conta também não gostaram, não por mal, mas por desconhecimento, pois estes técnicos não tem noção do estrago que faz um ato deles, um apontamento de um erro técnico quando esse erro não está acompanhado de dolo ou prejuízo aos cofres público. Isso já foi aprovado e haverá uma mudança radical nos próximos anos. Essa lei tem apoio dos ministros do Supremo, dos STJ's, que não aguentam mais demandar processos sabendo que eram injustos, mas ao pé da letra a palavra improbidade encaixava. Eduardo ainda falou sobre uma comissão na Câmara dos Deputados que não tem nenhum deputado, só especialistas do judiciário, tratando da redefinição da palavra improbidade. A palavra improbidade está definida errada na constituição. Eles estão estudando, e isso também é um pedido do judiciário, dos juízes, pois a lei fala que em um erro formal o Ministério Público pode entrar com ação de improbidade, e isso não tem nada de improbidade, é um erro formal, de uma publicação de data ou uma contestação de licitação, entre outros. Em seguida a senhora **Ana Maria de Gouvêa "Teca"**, pediu a palavra. Segundo ela foi reeleita sem fazer campanha, tem a aprovação da população, mas eu não a aprovação da Câmara e isso é uma complicação. De acordo com Teca, uma coisa é você fazer política de gestão pública, políticas públicas, outra é fazer gestão de politicagem. Ainda segundo Teca, esse é o quarto processo e sempre começa assim, "eu quero ver quem tem peito para cassar a Teca", que ganhou todos os processos. Teca afirma que uma pessoa entrou na câmara, se tornou presidente com o plano: caçar a Teca, depois cassar o vice-prefeito que ele acha que não tem uma experiência administrativa e se tornar prefeito. Teca ainda não foi cassada, ainda é uma liminar. Teca agradeceu ao Deputado ao saber que tem alguém trabalhando para devolver a dignidade aos prefeitos, pois estão tratando prefeito como bandido. Ela ainda afirma que continua participando das reuniões sendo prefeita ou não e que não tem vergonha, pois acredita que a justiça será feita e voltará à prefeitura, e se sair, será de cabeça erguida, porque está sendo injustiçada. Com a palavra, o prefeito de Cunha, **Rolien**, compartilhou com os presentes uma preocupação a questão do vínculo celetista e outros estatutários. No caso de Cunha é o regime puro, todos celetista, segundo ele em algumas publicações e de acordo com o a fala do deputado, é ato de improbidade administrativa manter aposentados em atividade, e na folha de Cunha quase 15% é de aposentados. Essa questão é dúbia, pois acredita que como estatutário com final do contrato de trabalho se finda o contrato, mas como celetista é complicado. Assim solicitou ao presidente do CODIVAP que se faça um estudo sobre o assunto para orientar as prefeituras no sentido de que não sejam acusados de improbidade por manter aposentados na folha de pagamento e trabalhando. O subsecretário **Edmur** voltou a ter a palavra e solidarizou com a situação da Prefeita Teca. Relembrou de casos semelhantes no passado, como os dos ex-prefeitos Ana Karin e Ildefonso Mendes, ocasião na qual o Conselho se manifestou com gesto de solidariedade. Dito isso propôs ao Conselho, por intermédio do presidente Victor, que fosse votado uma moção de solidariedade a Teca e que essa moção seja enviada aos meios de comunicação e também a presidência da Câmara de Piquete, ao judiciário e também ao Ministério Público. Edmur também sugeriu assim que passado o momento de transição da Secretaria de Meio Ambiente, o secretário participe de reunião do Conselho de Desenvolvimento, e assine com os prefeitos um protocolo de intenções para elaboração do plano metropolitano de resíduos sólidos. Essa é uma estratégia que foi elaborada ainda pelo governador Geraldo Alckmin, que definiu que esses protocolos fossem assinados em todas as unidades regionais e essa é a orientação é mantida pelo Governador Márcio França. Finalizando as atividades, o prefeito **Victor** colocou em votação a moção de solidariedade em favor da prefeita Teca que será encaminhada aos respectivos órgãos que foram mencionados, que foi aprovado por unanimidade. Victor também reforçou a importância dos MIT's, bem com a urgente necessidade de alavancar o PDUI. O prefeito lembrou que além de ter sido Secretário de Turismo, o Governador também foi o primeiro presidente da Região Metropolitana da Baixada Santista, então tem a sensibilidade necessária para estas questões. E nesse período eleitoral quem que alguns projetos ficam travados, que se possa deixar essas tarefas concluídas, dotando a região com recursos para tais projetos.